

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA

Comissão de Legislação Participativa

(AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA - CONJUNTA DAS COMISSÕES CDHM E CLP (SEMIPRESENCIAL))

Em 24 de novembro de 2021 (quarta-feira)

às 13 horas

Horário (O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)

13:00

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Reunião de audiência pública, sexta-feira, 24 de novembro de 2021, às 13 horas.

É com satisfação que declaro aberta a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias conjunta com a Comissão de Legislação Participativa destinada a debater sobre o tema Diálogos Pesqueiros — Violações de Direitos Humanos, Ambientais e Territoriais.

Esta audiência pública é consequência da aprovação do Requerimento nº 130, de 2021, de minha autoria, e do Requerimento nº 99, de 2021, de autoria dos Deputados Joseildo Ramos e Waldenor Pereira.

A audiência está sendo transmitida pela página [www.camara.leg.br/cdhm](http://www.camara.leg.br/cdhm), pelo perfil da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no Facebook [@cdhm.camara](https://www.facebook.com/cdhm.camara) e pelo Youtube da Câmara dos Deputados. Você também pode acompanhar nossas notícias no Instagram pelo [@cdhm.cd](https://www.instagram.com/cdhm.cd).

Os cidadãos podem apresentar contribuições através do portal e-Democracia.

Esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 7 minutos. Após suas intervenções, abriremos a palavra aos Deputados por ordem de inscrição pelo tempo de 3 minutos.

Convido para fazer parte da Mesa: Sr. Florivaldo Mota, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (palmas); Sra. Ormezita Barbosa, do Conselho Pastoral dos Pescadores (palmas); Sr. Wilson Rocha Fernandes Assis, Procurador da República, representante da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (palmas). Lembro que o Sr. Alexandre Cabral, da Defensoria Pública da União; o Sr. José Carlos Oliveira, do Instituto Nacional do Seguro Social, e a Sra. Natali Piccolo, Diretora do Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, participarão de forma on-line, de forma virtual.

Quero, inicialmente, agradecer a presença de todos vocês aqui nesta audiência pública. Esse, sem dúvida alguma, é um tema extremamente relevante e importante para ser debatido neste momento.

Igualmente a vocês, sou agricultor familiar, e todos nós pescadores artesanais das comunidades tradicionais e da agricultura familiar somos irmãos de terra, compartilhamos da mesma dor, da mesma aflição, das mesmas lutas e das mesmas conquistas, por isso eu me sinto muito honrado por ser autor desse requerimento, para que possamos debater esse assunto na tarde de hoje.

Não aceitaremos e não admitiremos que, em nome de combate à violação e a fraudes, condenem e deixem pescadores e pescadoras artesanais fora do Seguro Defeso — sem receberem o Seguro, sem receberem nenhuma ajuda, enfim, sem renda alguma em nome de combate a uma fraude.

Fraude se combate. É papel do Governo investigar e punir, mas não pode generalizar nem punir aqueles que têm direitos e que lutam em defesa do meio ambiente, em defesa do planeta, em defesa dos rios e das águas.

13:04

Outro debate importante é sobre o avanço da pesca predatória e a especulação imobiliária, que acaba avançando sobre os nossos rios e as nossas águas. Os pescadores e pescadoras artesanais ajudam e contribuem com a segurança alimentar neste País, ajudam a preservar o planeta, as florestas, a natureza. Por isso, sinto-me muito honrado em hoje proporcionar, nesta Comissão, esse debate. O grito, a angústia, as aflições de vocês não podem ficar presos em seus territórios. O Brasil precisa ouvir. (Palmas.) O mundo precisa ouvir. O Governo precisa tomar decisões para preservar o direito de cada um e cada uma. Concedo a palavra ao Sr. Florivaldo Mota, que representa o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, pelo tempo de 7 minutos.

O SR. FLORIVALDO MOTA - Boa tarde, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar também todos aqueles que assistem e acompanham essa reunião pelas redes sociais em todo o Brasil. Em nome do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil, eu quero saudar com uma boa tarde os componentes da Mesa. Quero dizer que esta audiência pública é importante para a nossa classe, a dos pescadores artesanais. Nós já estamos aqui, em Brasília, desde domingo, gritando e reivindicando por nossos direitos. Ao longo dos anos, o INSS vem dificultando para que tenhamos esses direitos. Muitas vezes, ele nega os nossos direitos conquistados. Quando falo em direitos, refiro-me ao auxílio maternidade, à aposentadoria. O pescador passa um tempo imenso na batalha, pegando sol e chuva, e, quando vai pedir a aposentadoria, muitas vezes, o INSS não nega, mas dificulta em três, quatro, cinco meses e até um ano para dar a resposta. Isso é tirar o momento que mais esperamos quando chegamos ao cansaço. Estamos reivindicando esses direitos ao longo do tempo, mas o que mais está nos crucificando, nos últimos tempos, é o seguro-defeso. O Governo só tem boca para dizer que 70% dos que recebem o seguro-defeso são fraudes. Estão chamando-nos de fraudadores, e isso não é verdade. Nós estamos buscando os nossos direitos. Trago aqui alguns exemplos de pedidos de aposentadoria de pescadores que foram indeferidos, dizendo que, conforme as orientações da Portaria nº 43, são considerados apenas rio e lagos. O servidor do INSS não tem conhecimento da portaria. Nós temos diversas portarias, e a Portaria nº 43 fala de uma espécie única, a gurijuba, que se pesca na costa do Amapá, do Maranhão e do Pará. O INSS indeferiu porque não conhece a portaria e alegou que a portaria só fala de rio e lago. Em que lago nós pescadores vamos pegar gurijuba? Outro exemplo de indeferimento que eu trago aqui para vocês diz que não foi apresentada a matrícula do servidor do protocolo. Todos nós sabemos que os pescadores lutaram pela questão daqueles pescadores que só tinham protocolo. Nós ganhamos uma liminar — eu não estou lembrando o nome —, que nos dava direito de requerer o Seguro Defesa através daqueles protocolos. O Governo, através do INSS, dificultou como pôde. De todas as formas, ele impediu, para que se negasse esse seguro. O seguro desse pescador está dizendo que o carimbo do servidor aqui não consta, e o protocolo está todo aqui no processo.

13:08

Por essas e outras razões, os pescadores do Brasil ocuparam a rua de Brasília para reivindicar esses direitos. São direitos nossos, direitos conquistados, que o Governo nos está negando. Eles não estão dando nada. Eles têm é que cumprir com a legislação e dar aquilo que nos é de direito. Então, viemos aqui para fazer essa denúncia a esta Casa, a esta Comissão de Direitos. Nós não vamos aceitar e não vamos permitir esse retrocesso, essa retirada de direito. Infelizmente, o INSS não está aqui para nos ouvir. Nós temos chamado... Nós temos vindo buscar conversa e diálogo, e eles estão nos negando mais esse direito. Eles não querem conversa conosco.

Meu tempo é muito curto, mas trago outro ponto. É uma pauta nossa de reivindicação, que foi um presente que ganhamos no dia 29 de junho deste ano. Falo do bendito recadastramento do Governo Federal. O Governo Federal, através desse recadastramento, nos impõe uma situação e sequer quis saber se o pescador ia ter condições de fazer. Ele não quis saber se o pescador que mora lá na Amazônia, que precisa de 4 ou 5 horas de barco para chegar perto de uma cidade que tem Internet, teria essa condição de fazer. Ele não quis saber se o pescador lá do sertão da Paraíba tinha condições de chegar à cidade onde há Internet. Ele impõe uma situação que nós não temos, como, por exemplo, um celular para fazer o recadastramento. Muitos não têm o acesso à Internet.

Esse recadastramento pede que façamos a tal comprovação de vida e a tal biometria, que muitos do nosso povo não sabem, não conhecem. Não temos como fazer. Então, nós não somos contra o recadastramento. Nós somos contra o modelo que o Governo está nos impondo, que o Governo está nos apresentando. Eu queria dizer que as nossas pautas, as nossas reivindicações, as nossas principais pautas aqui em Brasília e, nesta Comissão, são para garantir os nossos direitos, para que o INSS nos respeite, para que nos receba, para que haja um diálogo com o pescador, para que não negue o direito que ele tem.

A outra pauta importante é o recadastramento. Vamos conversar. Vamos mudar esse critério de recadastramento, que nós não aceitamos. Ninguém vai conseguir fazer. Os pescadores de todo o Brasil não vão conseguir fazer na data prévia, que está imposta para terminar o recadastramento. O recadastramento não foi feito para corrigir o que está errado. Ele foi feito para tirar direito daqueles que o têm. Nós não vamos conseguir fazer o recadastramento. Nós não vamos conseguir. Um ou outro, sim, está fazendo. Começou lá em Pernambuco. O Governo disse que foi um sucesso o recadastramento em Pernambuco, porque recadastraram 6.600, mas a previsão do Governo era a de cadastrar 3 mil pescadores, visto que Pernambuco tem 12 mil pescadores.

13:12

Então, aí está a margem que o Governo está dizendo. Além disso, o Governo está nos enganando, porque em 2015... Quem se lembra da Portaria Interministerial 192, que, no seu inciso I, diz que o motivo seria para fazer o recadastramento? A suspensão do seguro-defeso a que os pescadores não tiveram direito naquele ano seria para fazer o recadastramento. O Governo não fez o recadastramento e não pagou o benefício a que nós temos direito.

Então, são essas as nossas reivindicações. Eu agradeço a oportunidade em nome do Movimento dos Pescadores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Florivaldo Mota.

Eu quero aqui registrar a presença do Deputado Bira do Pindaré, do PSB do Maranhão, do Deputado Padre João, ex-Presidente desta Comissão, e do Deputado Joseildo Ramos, um dos autores do requerimento para realização desta audiência pública.

Passo a palavra agora à Sra. Ormezita Barbosa, do Conselho Pastoral dos Pescadores, pelo tempo de 7 minutos.

A SRA. ORMEZITA BARBOSA - Obrigada, Deputado Carlos Veras. Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Nós estamos em marcha e ficamos com pouca voz, mas ficamos com a coragem cada vez maior, com esse espírito de coragem de quem tornou as ruas de Brasília um imenso mar azul, denunciando as violações que os pescadores e pescadoras artesanais estão enfrentando.

Srs. Deputados e representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública da União que estão participando desta audiência, iniciamos esta audiência fazendo uma fala de repúdio ao INSS. (Palmas.)

Os pescadores artesanais solicitaram audiência com o INSS, mas o INSS se faz de surdo e não escuta os trabalhadores. Então, precisamos registrar essa omissão e essa falta de diálogo do INSS com os pescadores e pescadoras.

Nesta audiência nós queremos também denunciar, Deputado, a forma como foi conduzido o processo de cadastramento feito pela Secretaria de Aquicultura e Pesca deste País, que organizou um processo de cadastramento para pescadores e pescadoras artesanais sem que esses homens e essas mulheres forem consultados. Não foram consultados os pescadores para que soubessem qual seria a melhor forma de organização desse processo de cadastramento. Mas essa ausência de consulta se baseia no fato de que o cadastramento proposto pela Secretaria de Aquicultura e Pesca não tem o objetivo de identificar quantos são os pescadores e as pescadoras artesanais. O processo de cadastramento proposto pela SAP se baseia numa fala de que pescadores e pescadoras são ladrões, são usurpadores, são fraudadores. É assim que pescadores e pescadoras artesanais têm sido tratados pelos órgãos: como ladrões, como ladras, como pessoas que estão tirando dinheiro dos pobres.

Eu quero dizer aqui a todos que o Brasil possui hoje mais de 1 milhão e meio de pescadores. E, se conseguirmos fazer um censo que identifique de fato essa situação, esse número vai crescer muito. Vamos olhar para a Amazônia, para toda aquela imensidão de água na Amazônia, para os povos ribeirinhos, para essa população que vive na pesca. Então, nós não aceitamos esse processo de cadastramento que, primeiro, não ouviu os pescadores e que foi estruturado sem considerar as especificidades das comunidades.

13:16

É um processo todo virtual, com Internet, e muitas comunidades não dispõem de equipamentos e de infraestrutura para esse cadastramento, mas o pior, Deputados, é que o processo de cadastramento prevê que, a cada 3 meses, os pescadores precisam do que eles estão chamando de comprovação de produção. Na verdade, é um processo em que os pescadores precisam confirmar que estão vivos. Trabalhador de nenhuma classe neste País precisa confirmar que está vivo a cada 3 meses, por que os pescadores e as pescadoras precisarão passar por isso? (Palmas.)

Então, nós não podemos sair desta audiência, Deputados, e nós queremos muito que V.Exas. assumam isto conosco, sem o compromisso de revisão desse processo de cadastramento. Esse processo de cadastramento produz exclusão, afasta as

comunidades e afasta os pescadores. Este é o primeiro aspecto que nós queremos tratar aqui.

O segundo aspecto que nós queremos também nesta audiência tratar diz respeito a questões como o Florivaldo já trouxe, acerca também do processo de acesso dos pescadores e pescadoras a direitos previdenciários e a direitos trabalhistas. Nos últimos tempos, também têm sido feita uma ofensiva contra os pescadores para que não acessem seguro-defeso. O seguro-defeso não é uma política de economia, o seguro-defeso é uma política ambiental, é uma política que se baseia em guardar as espécies, para que essas espécies se reproduzam. Não conseguirmos olhar para o seguro-defeso como uma política ambiental e apenas olhar o quanto de dinheiro envolve essa política é um grande equívoco do Estado brasileiro.

E, por fim — eu estou olhando aqui o ponteiro do relógio, que está passando rapidamente —, nós queríamos trazer o aspecto também, Deputados, do quanto essas comunidades todas que estão presentes aqui e seus territórios têm sido, no último período, nos últimos anos, de forma muito ofensiva, vilipendiados, e como a vida dessas pessoas tem sido vilipendiada. Nós queremos trazer aqui dezenas de relatos de comunidades que estão sendo expulsas dos seus territórios pelo agronegócio, pelos grandes empreendimentos de energia como a energia eólica, e agora, mais recentemente, de energia eólica dentro do mar. Queremos trazer também os conflitos gerados em muitos lugares com hidrelétricas, com a carcinicultura, com grandes atividades de garimpo, inclusive na Amazônia, principalmente, e com a mineração.

Os pescadores e as pescadoras artesanais são povos de comunidades tradicionais que há muitos anos vêm pleiteando que seus territórios possuam uma legislação específica e que sejam vistos nas suas especificidades. Os pescadores, em 2019, deram entrada nesta Casa ao Projeto de Lei nº 131, de 2020, e é muito importante que os Deputados o reforcem, porque ele tem a perspectiva de garantir a permanência das comunidades nos seus territórios, reconhecer esses territórios e regularizá-los. Pescadores e pescadoras artesanais são guardiões das águas e das terras, portanto, é preciso olhar para esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras como quem produz alimento, como quem gera vida. Era isto. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Ormezita Barbosa.  
13:20

Quero comunicar que convidamos o INSS para esta audiência pública e que o Instituto não indicou representantes.

Registro a presença do Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, e de Pedro Uczai, Deputado Federal do PT e Coordenador do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

Convido agora o Sr. Wilson Rocha, Procurador da República, representante da 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, para que faça uso da palavra pelo tempo de 7 minutos.

O SR. WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS - Boa tarde a todas e a todos. Parabenizo os Deputados que se encarregaram da realização deste ato e agradeço e honro em especial aqui a presença do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Inclusive, para que nós compreendamos a importância do movimento, dele veio o atual Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Carlinhos, não é isso? Confirmam, né? (Pausa.)

O Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, um dos Conselhos da República, hoje vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, é um pescador artesanal também, uma liderança respeitada no Brasil inteiro, o que mostra o nível de organização desses povos e o nível de luta que eles travam hoje para garantir vida e dignidade as suas comunidades.

Eu representei o Ministério Público Federal por 10 anos no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e sou neto de quebradeira de coco babaçu. Minha vó Rosenda é do Bico do Papagaio, lá do Tocantins, então, eu sou filho de comunidade tradicional também e atualmente coordeno o GT Comunidades Tradicionais no MPF. Eu acompanho, ao longo de 13 anos de carreira, o que tem sido a luta dos pescadores artesanais no Brasil. A minha primeira lotação foi no Pantanal, depois trabalhei em Barra do Garças, no Vale do Araguaia, e agora estou em Itumbiara — aqui está desatualizado. Eu sou natural de Goiânia, atualmente trabalho em Itumbiara e coordeno o GT de Comunidades Tradicionais.

Bom, tudo que foi dito aqui pelo Florivaldo e pela Ormezita já nos dá um panorama do que é a realidade dessas comunidades hoje e acho que me cabe falar aqui um pouquinho sobre o que é o direito desses povos, direito este que, como nós já podemos concluir, tem sido sistematicamente violado pelas instituições de Estado — não só por particulares, mas pelo próprio Estado brasileiro.

Enquanto eu trabalhei em Corumbá, eu me deparei com uma das operações policiais que criminalizaram o recebimento do seguro-desemprego. O que eu vi, nas dezenas de inquéritos que chegaram às minhas mãos, foi, inclusive, incompreensão cultural da realidade desses trabalhadores que, pela natureza de sua atividade, pela sazonalidade da atividade, às vezes se dedicam também a alguma outra atividade. Em vários casos que chegaram até mim, isso foi entendido como algo que desqualificava a sua condição de pescador artesanal, por isso o recebimento do seguro foi considerado criminoso, muitas pessoas foram processadas e tiveram que responder na Justiça pelo recebimento de um direito que na verdade era legítimo. Bom, nós percebemos, então, compreendendo o contexto mais amplo dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, que isso é mais uma manifestação do racismo estrutural da sociedade brasileira.

13:24

É racismo a criminalização de determinados modos de vida. A pesca é um tipo penal, a caça é um tipo penal. Mas abrir um banco, abrir uma empresa, não é um tipo penal. De modo que nós precisamos lutar para que essas realidades sejam transformadas.

Do ponto de vista do direito, a vida e o modo de vida dessas comunidades está mais do que garantido. Nós temos uma convenção internacional, a Convenção nº 169 da OIT. Eu poderia citar vários outros diplomas legais, infralegais, poderia citar a Constituição, mas vou citar a Convenção nº 169 porque ela tem status acima da lei e abaixo da Constituição. É uma convenção que trata de direitos humanos, não é uma mera declaração de direitos, é uma convenção, é um direito cogente que o Estado brasileiro está obrigado a obedecer.

Na Convenção nº 169 da OIT está escrito que o Estado deve reconhecer, determinar e garantir os territórios tradicionais. Esses três verbos constam da convenção e o Estado brasileiro sistematicamente se omite de cumprir esse mandato, essa ordem que vem do ordenamento jurídico internacional: reconhecer, determinar e garantir.

Nós vemos que essas comunidades vivem em uma situação de vulnerabilidade exatamente porque o Estado não reconhece de forma definitiva seu direito territorial e seus direitos previdenciários. Nós precisamos entender que isso não é por acaso. A vida dessas

comunidades, dos PCTs, no Brasil, segundo uma pesquisadora brasileira chamada Raquel Rolnik, é uma situação de transitoriedade permanente.

O Estado constantemente adia o reconhecimento dos direitos dessas comunidades, uma transitoriedade que acaba se estabelecendo como permanente, colocando esses povos em uma situação de permanente vulnerabilidade, portanto.

Existe no mundo, segundo essa pesquisadora, uma crise global de insegurança das posses. Em razão do avanço do capitalismo, esse capitalismo hegemônico que vemos no mundo, desumano, que não respeita os direitos humanos, que coloca o lucro acima da vida das pessoas, as posses de povos e comunidades tradicionais no Brasil e no mundo estão constantemente ameaçadas. De modo que nós precisamos fazer uma leitura não só de ordenamento jurídico mas também da nossa realidade sociológica e histórica para que possamos compreender as forças que devem ser mobilizadas para que esses direitos sejam garantidos. As instituições de justiça, o Estado, nós já estamos cansados de saber que eles não têm sido capazes de garantir o direito dos pescadores artesanais e dos PCTs no Brasil.

Nós precisamos disso que vocês têm feito aqui em Brasília nesta semana, de uma mobilização social que dê vida aos direitos de vocês, que cobre do Estado, de pé, como dizia Dom Tomás Baldino: "Direitos humanos não pede de joelhos, exige-se de pé!" Então que vocês se levantem e saibam que têm parceiros em várias instâncias do Estado brasileiro para caminhar junto com vocês e fazer essa luta para tornar realidade o que já está no papel, a dignidade e o direito dos pescadores artesanais no Brasil.

É isso. (Palmas.)

13:28

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Wilson Rocha.

Quero registrar a presença dos Deputados Marcon e Frei Anastacio Ribeiro, do Partido dos Trabalhadores, e do Deputado Helder Salomão, ex-Presidente desta Comissão.

Comunico a V.Exas. que podem se inscrever para fazer uso da palavra após a intervenção dos convidados pelo Infoleg ou direto aqui na mesa.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Cabral, da Defensoria Pública da União, que participará de forma virtual pelo tempo de 7 minutos.

O SR. ALEXANDRE CABRAL - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Veras, na pessoa de quem cumprimento também todos os Parlamentares presentes nessa importantíssima audiência. É uma honra para a Defensoria Pública da União poder participar nesta Casa de tão importantes trabalhos.

Quero cumprimentar o Sr. Florivaldo Mota, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; a Sra. Ormezita Barbosa, do Conselho Pastoral dos Pescadores — CPP; nas pessoas de quem também cumprimento todos os pescadoras e pescadores presentes ou que estejam nos assistindo.

Cumprimento também o Exmo. Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, Procurador da República, que nos brinda com a sua presença e com sua fala muito importante, e até pedagógica, da natureza dos direitos das pescadoras e pescadores que vem defendendo. Cumprimento também a minha colega servidora pública, Sra. Natali Piccolo, que faz parte da Diretoria do Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja presença é muito importante, ademais, diante da ausência, que nós lamentamos profundamente, do

INSS, que foi convidado para esta audiência e não se fez presente, numa atitude que nós registramos o nosso profundo lamento.

Como bem disse o Dr. Wilson antes de mim, o direito das pescadoras e pescadores artesanais é um direito humano essencial, fundamental, que é garantido não só pela convenção que o doutor citou mas também pela nossa Constituição, dentre vários e vários dispositivos que não tenho tempo aqui de citar.

Mas todos nós sabemos que a garantia do trabalho das pescadoras e pescadores não é uma garantia de um direito individual, ou tão somente de um direito trabalhista direto das pessoas que exercem a atividade de pesca, é a garantia e o reconhecimento que trata tanto da dignidade humana das pessoas que exercem essa importante atividade quanto do aspecto ambiental da manutenção desse modus de vida. As pescadoras e os pescadores não são pessoas curiosas que começaram agora a efetuar a pesca tão somente de subsistência ou de alguma forma predatória que se entenda, são pessoas que estão inseridas no meio ambiente, do qual, aliás, o ser humano faz parte indelévelmente.

Esse reconhecimento, para nós da Defensoria Pública da União, que vem sendo ausente dos atos estatais que temos verificado, inclusive combatido judicialmente.

Quero fazer um breve histórico. Lá em 2018, quando fomos procurados pelo movimento das pescadoras e pescadores artesanais, meu antecessor à época, meu xará, Dr. Alexandre Mendes Lima de Oliveira, já tinha proposto a ação mencionada pelo Florisvaldo que resultou no dever, por liminar judicial, de observação do protocolo de registro de pescador para embasar o recebimento eventualmente do Seguro Defeso para garantia de continuidade da atividade do pescador e pescadora que fosse abordado pelos órgãos de fiscalização.

Como foi bem narrado pelo movimento, desde 2015 nós temos encontrado problemas na garantia dos direitos dessas trabalhadoras e trabalhadores. E, desde 2018, a Defensoria Pública da União já atuou em pelo menos uma ação judicializada, e atua também na esfera administrativa.

13:32

Já nos reunimos com o Ministério várias vezes. Temos acompanhado essa medida de recadastramento, que nós entendemos que possui uma importância, desde que seja feito no sentido de garantir o direito de quem está ali efetivamente vivendo daquela atividade e não meramente com a intenção de economia financeira e orçamentária.

Esta nos parece que é a grande preocupação, que foi muito bem apontada — melhor do que qualquer um de nós aqui da área jurídica poderia fazê-lo — pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores: quais são os problemas que estão sendo enfrentados?

Nós não vivemos numa situação, numa sociedade, que nos permita promover políticas públicas de inclusão, de respeito ao direito laboral e previdenciário dessa fração, em especial, a população de outros também, tão somente pelo atendimento virtual das demandas, nem também apenas com o recurso de dizer: “Ah, mas se houver algum problema você pode procurar a agência ou a filial do Ministério que está na capital do seu Estado”.

Nós começamos esse recadastramento pelo Estado de Pernambuco, que é um grande Estado da República, mas que territorialmente nem é tão grande assim, se comparado com outros Estados, tais como o Amazonas — muito bem lembrado —, a Bahia, o Mato Grosso. Enfim, já temos problemas, já temos questionamentos quanto ao efetivo acesso dos pescadores e pescadoras a esse recadastramento. O prazo desse recadastramento previsto em diferentes etapas até setembro do ano que vem também nos parece, no

primeiro momento, equivocado, insuficiente para que ele possa atender aquilo que realmente deve fazer com política pública, que é afastar fraudes — sim, ninguém quer fraudes — e garantir que as pescadoras e os pescadores exerçam sua atividade com tranquilidade, incluindo aí todo o seu direito previdenciário, Seguro Defeso e outros. Então, eu quero encerrar dizendo que estamos aqui presentes, a Defensoria Pública da União está presente, não em todos os lugares que poderia e deveria, até para as restrições orçamentárias que enfrenta, mas estamos à disposição dos movimentos e também dos entes da Administração Pública para o diálogo, para a cooperação, mas sempre com um lado muito bem definido, que é o lado da defesa dos necessitados, da defesa do trabalhador e da trabalhadora, na defesa — no caso do nosso tema de hoje — da atividade da pesca artesanal realizada pelas pescadoras e pescadores já há tanto tempo.

Muito obrigado pelo convite, por essa participação.

Estou aqui à disposição no que puder ajudar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra agora à Dra. Natali, Diretora do Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

V.Sa. poderá fazer uso da palavra pelo tempo de 7 minutos.

A SRA. NATALI PICCOLO - Obrigada.

Boa tarde a todos.

O senhor consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Sim, escutamos bem.

A SRA. NATALI PICCOLO - Perfeito, obrigada.

Eu gostaria de cumprimentar a todos nesta tarde, especialmente agradecer o convite feito à Secretaria de Aquicultura e Pesca. Estou aqui representando o Sr. Jorge Seife Júnior, Secretário de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quero cumprimentar o Exmo. Deputado Carlos Veras, que está presidindo a nossa Comissão hoje; o Sr. Alexandre Cabral, Defensor Público; a Sra. Ormezita, do Conselho Pastoral dos Pescadores; o Sr. Florivaldo Mota, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; do Sr. Wilson Rocha, Procurador da República; bem como a todos as pescadoras e pescadores que nos acompanham nesta tarde pela transmissão on-line e também os representantes do legislativo presentes, que aqui estão conosco para contribuir nessa discussão.

Esta é uma discussão muito importante. Nós estamos passando, na verdade, por um amadurecimento desse processo. Por isso, eu entendo que esse espaço é mais uma oportunidade de fortalecermos essa discussão, entendermos as necessidades de cada um e promovermos uma maturidade no avanço desse recadastro.

13:36

Retomando, como foi dito especialmente pelo representante do MPP, foi lançada em 29 de junho de 2021 a Portaria nº 265, que é a portaria que estabelece os critérios e as regras gerais para o cadastro, o registro dos pescadores profissionais no Brasil. A Portaria nº 270, lançada no mesmo dia, promove o caráter transitório do recadastro, do cadastro de

pescadores profissionais no Brasil e explica quais são as regras, que são essas que vão ser discutidas aqui ao longo do dia com a Comissão.

E por que que esse recadastro vem sendo feito de maneira digital? O Governo Federal tem um plano de transformação digital que traz aos usuários dos serviços públicos a oportunidade de acessar esses serviços por meio de plataformas digitais. Isso significa o quê? Uma redução de custos para o Governo, sim; uma busca por uma consolidação de dados, e, então, haver base de dados mais eficientes; uma promoção de um acesso a serviço pelo público independentemente de uma estrutura pública federal na ponta. Então, isso é uma busca de otimizar o fornecimento do serviço público. Dessa maneira, o recadastro e o cadastro de pescadores profissionais foram incluído em vários níveis do Governo em 2019 como um serviço a ser entregue como parte do plano de transformação digital.

O que a SAP vem trabalhando nisso? Os serviços relativos ao registro de pescadores, embarcações, pesca amadora, todos vêm passando pela transformação digital. Por exemplo, os pescadores amadores já fazem todo o seu cadastro de maneira digital. Nós estamos trabalhando agora na parte de monitoramento pesqueiro com os mapas de bordo digitais também, que estão passando por essa transformação. O terceiro serviço foi propriamente dito o do recadastro. Isso visa o quê? Promover um acesso dos pescadores ao serviço, para que eles possam acessar esse serviço de recadastro independentemente da possibilidade de acessar fisicamente a sua Superintendência da Agricultura no seu Estado. Então, o que acontecia antes é que os pescadores precisavam se mover até a Superintendência para resolver os seus problemas, para buscar a entrega de documentos, e agora nós estamos passando por procedimento tanto de dar acesso por meio do peticionamento eletrônico, fazendo com que esse documento fique registrado nas bases de Governo e com isso traga uma segurança para o pescador para que ele não perca essa documentação, bem como de acessar o seu cadastro on-line para atualização de informação, para entrega de documentos, para acesso de como está a sua situação. Além disso, há também uma iniciativa que não começou, uma ação efetivamente, que é a entrega dos relatórios de produção. Isso atualmente já é feito no que nós vamos chamar de antigo SISRGP — Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira, de forma on-line. No antigo site, que nós chamamos de Create, isso era entregue uma vez ao ano na data de aniversário desse pescador, o que é comumente conhecido como manutenção. Dessas portarias, nenhum procedimento administrativo foi alterado no sentido de entrega de documentos, os documentos são os mesmos, e alguns documentos, por exemplo, para pesca industrial, podem ser entregues no ano seguinte. Nós estamos avaliando o contexto de recadastro e cadastro na pandemia, com a dificuldade de acessar uma capitania e conseguir as informações e algumas documentações necessárias aos pescadores industriais também.

13:40

Para além disso, nós estamos trabalhando também no processo de abertura de dados, mas protegendo os dados pessoais dos pescadores, e estamos promovendo a demonstração, por meio de um painel de acompanhamento de recadastro, sobre a quantidade de pescadores cadastrados por Município e por Estado, para que todo mundo possa acompanhar em tempo real como vem sendo feita essa evolução.

Estamos recebendo todos os dias muitos Deputados acompanhados de representantes da pesca dos seus Estados e Municípios, muitas pessoas também dos Estados especialmente do Norte, do Nordeste e da região Centro-Oeste, sugerindo alterações para os atos

normativos. Todos eles vêm sendo considerados, e estamos avaliando como adaptá-los e como também adaptá-los dentro do sistema, porque há uma necessidade de não só adaptar o ato normativo publicado, quanto de adaptar o sistema. Tudo isso vem passando por uma avaliação a fim de que todos os pescadores possam ser contemplados até o prazo do recadastro e cadastro estipulado.

Então, a SAP está atenta a isso, e nós estamos aqui disponíveis para responder as perguntas e também para ouvir as valiosas contribuições dos convidados hoje. Muito obrigada pelo espaço, e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Natali, pela sua participação, pela disponibilidade do diálogo e da construção das soluções.

Peço desculpa aos convidados pelo tempo um pouco enxuto. É porque às 15 horas em ponto teremos uma audiência pública aqui com o Ministro da Justiça.

Agora vamos ouvir os Parlamentares, que falarão pelo tempo de até 3 minutos, começando pelo Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo.

Antes registro a presença do Deputado Camilo Capiberibe, do PSB.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Obrigado, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Carlos Veras.

Quero parabenizá-los, Deputado Carlos Veras e também Deputado Joseildo Ramos, pela iniciativa.

Saúdo de forma especial o Movimento de Pescadores e Pescadoras, que, em plena pandemia, veio a Brasília para mostrar a cara e a importância de vocês.

Estou chegando há pouco da Conferência do Clima. Não vemos o debate do mar lá. Quero destacar aqui que vocês têm uma relação adequada com os desafios que estão colocados para enfrentarmos a crise climática. É preciso haver garantias de que a forma como vocês se relacionam com o mar, com a costa seja garantida como direito, devido à importância para toda a humanidade, inclusive para todo o povo brasileiro. Por isso, há a importância dos territórios de pesca.

Eu quero aproveitar a presença da representante do Ministério da Agricultura, Natali, que acabou de falar, para dizer que vocês têm a demanda que tem a ver com o cadastro, com a aposentadoria. Nós sabemos que está um caos generalizado e que não tem havido a devida atenção para isso. Então, Deputado Carlos Veras, acho que tínhamos que sair daqui com um encaminhamento. Temos que ir lá pedir uma audiência com a Ministra Tereza Cristina para, de uma vez por todas, resolver essas pendências. Sabemos que há pendência ainda desde o derramamento de petróleo.

Quero dizer para vocês para que contem conosco, com a nossa luta, com a bancada do PT. Sabemos que precisamos enfrentar os desafios deste momento, mas também levantar a cabeça para construirmos o que queremos em um futuro próximo, que não está muito distante.

Então, vamos enfrentar o momento e esperar para construir esse futuro logo mais aí. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

13:44

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Passo a palavra agora ao Deputado Padre João, ex-Presidente desta Comissão.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Presidente, quero parabenizar por mais uma audiência todas as pescadoras e todos os pescadores.

Quero lamentar e, no lamento, quero transformar a indignação em luta. Então, parabéns pela luta! Como se já não bastasse os pescadores e as pescadoras estarem ameaçados pelo veneno, pelo agrotóxico nas águas, como se já não bastasse estarem agredidos, violentando seus direitos com a mineração, atividade minerária... Estão inviabilizando uma bacia inteira, impedindo a pesca, como é a bacia do Rio Doce e parte do litoral capixaba, lá em Regência — não é, Deputado Helder Salomão? —, assim como o Rio Paraopeba, como se já não bastasse tudo isso, não são reconhecidos os seus direitos. O INSS protela, adia. Quando sai a licença-maternidade, já está com quanto tempo?

Esse distanciamento do Estado brasileiro para os pobres tem sido uma constante deste Governo. É Estado mínimo para os povos e comunidades tradicionais, para as trabalhadoras e os trabalhadores. É Estado máximo, pleno, para o agronegócio, para as grandes mineradoras, para o capital financeiro, que vem contaminando não só esta Casa, mas lamentavelmente até mesmo o setor do Judiciário. Está-se tirando direito dos mais pobres.

É mais para nos somar, Sr. Presidente, a essa luta. Também nos somamos aos encaminhamentos que saírem. Trata-se de um povo tradicional, como já foi aqui muito bem destacado, que tem direitos assegurados em nível internacional. Há normativas que determinam que o Brasil cumpra e garanta dignidade para esse povo. É um povo que, de fato, resguarda, protege a nossa irmã água, a mãe terra e toda a biodiversidade. Então, força na luta! Estamos juntos! Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Padre João. Passo a palavra agora ao Deputado Joseildo Ramos, do PT da Bahia, autor do requerimento de convocação desta audiência pública, para fazer o uso da palavra.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Obrigado, Presidente Carlos Veras.

Eu gostaria de parabenizar a todos os companheiros que aqui se encontram e os companheiros Deputados. De início, gostaria de dizer para vocês: esses são os Deputados que defendem não só vocês, mas também os trabalhadores brasileiros. Não há um Deputado bolsonarista aqui. Nenhum! Por quê? Porque eles não defendem os trabalhadores. Então, isso tem que ficar claro.

Dito isso, vocês ouviram uma figura do atual Governo, que disse que está trazendo uma nova arquitetura de atendimento digital. Isso é um presente de grego no primeiro momento, porque, se quisessem fazer isso, tinham que fazer um esforço de atendimento na base. Qual o acesso que os pescadores têm nesse imenso território nacional à Internet com qualidade, para que, no tempo certo, possa-se fazer recadastramento? (Palmas.)

Isso é um presente de grego. Ainda bem que a representante confessou, porque ela está dizendo que está fazendo um bem, mas é um bem para a negação de direitos.

13:48

O que acontece na cabeça deles é o que eles disseram nas primeiras semanas quando assumiram este Governo: que eles vieram para destruir o Estado brasileiro. E a Constituição Cidadã está sendo rasgada a cada dia. O problema do INSS, essa negação de direitos, vai para além dos pescadores e sim para todos os brasileiros. (Palmas.)

Há 1,5 milhão de pessoas que estão com demandas e eles são insensíveis. Mas é importante vocês observarem essa cena também porque o pior recorte, a pior correlação de

forças neste Parlamento é dos que foram eleitos agora. Infelizmente, dos 513 que aqui estão só votam de acordo com os interesses primeiros da sociedade brasileira no máximo 146 a 147 Deputados. Então nós precisamos cuidar do voto porque agora faz falta— agora faz falta!

É importante levar este assunto quando estivermos nas comunidades. Eu participei recentemente, há 15 dias ou um pouco mais, em Paratinga, de uma reunião com o sindicato que trata e organiza a luta dos pescadores. Vocês precisavam ver o que significa essa negação! As pessoas passando privação por conta do Governo Bolsonaro que veio para destruir este País.

Não tem problema, não, 2022 vem aí. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Frei Anastacio Ribeiro pelo tempo de 3 minutos.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB) - Sr. Presidente, não vou gastar 3 minutos. Mas eu quero cumprimentar principalmente os pescadores e pescadoras, essa categoria que é tão violentada no seu trabalho, na sua retirada de alimento no dia a dia para sociedade como também para a sobrevivência deles.

Sr. Presidente, é impressionante ver como o Governo Bolsonaro gosta de veneno. Ele ataca mesmo os trabalhadores da floresta os pequenos agricultores e os pescadores e pescadoras, que são, no dia a dia, violentados com o veneno que é jogado nos rios e no mar. Esse Governo Bolsonaro autorizou mais de 47 novas marcas de agrotóxicos ultimamente para comercialização.

Esse é um Governo da morte, é um Governo da fome, um Governo da miséria. Bolsonaro já liberou 1.329 tipos de veneno durante o seu Governo. Então os pescadores e pescadoras são, de fato, atingidos por essa avalanche de veneno — veneno para o mercado brasileiro. Foi o Governo que bateu todos os recordes, o Governo que mais autorizou e derramou veneno para a população brasileira. É um Governo eficiente no programa de veneno para contaminar o meio ambiente, prejudicar lavoura do pequeno e, principalmente, a saúde do povo brasileiro.

13:52

Portanto, Presidente Carlos Veras, parabéns por estar levando esse assunto tão importante aqui na Câmara, na Comissão de Direitos Humanos.

Parabenizo os pescadores e pescadoras pela sua garra, pela sua teimosia, pela defesa do meio ambiente, e também pelo seu trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Frei Anastacio Ribeiro. Estão inscritos os Deputados Marcon, Bira do Pindaré, Camilo Capiberibe e Helder Salomão.

Com a palavra o Deputado Marcon pelo tempo de 3 minutos.

O SR. MARCON (PT - RS) - Sr. Presidente Carlos Veras, quero saudar toda a Mesa e também o Mota, em nome de quem saúdo os pescadores, o Conselho Pastoral dos Pescadores, o Ministério Público, e todos os pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, principalmente os do Estado do Rio Grande do Sul que se encontram presentes.

O que eu vejo neste momento que nós estamos vivendo? Que nós temos um Governo que virou as costas para os trabalhadores, que virou as costas para os pequenos que produzem, qual seja a forma que nós entendemos para se produzir alimentos. Hoje, se no Brasil tivesse salário no bolso dos trabalhadores — se tivesse! — não se teria comida para comprar, porque esse Governo deixou para o mercado intervir na produção. E os pequenos agricultores, os pescadores, para o Governo não interessam porque para ele o que interessa são os grandes, a turma do agronegócio que vem contaminando o meio ambiente, jogando veneno na água que prejudica os pescadores. E também há os direitos dos pescadores! Essa questão do cadastro é uma piada porque quanto menos pescadores houver menos eles têm que pagar os direitos dos pescadores, que é o direito ao Seguro Defeso, e também acumular o tempo para que eles possam se aposentar logo ali na frente. Esse Governo incentiva a pesca de arrasto, aplaude esse tipo de pesca predatória, e faz de tudo para que a pesca artesanal não funcione. No Rio Grande do Sul, mérito dos pescadores artesanais que criaram um projeto de lei em 2018 para preservar a pesca artesanal, em 12 milhas não se pode fazer arrasto de pesca. O secretário de políticas da pesca do Ministério da Pesca foi quem articulou um Senador de Santa Catarina, do PL — me ajuda aí! —, o Jorginho Mello, a entrar no Supremo para derrubar esse projeto de lei que defende os pescadores do Rio Grande do Sul. Então aqui a Direita, pescador, faz de tudo para ser contra os trabalhadores nessa questão dos pescadores artesanais. Esse Governo que esculhambou uma hora é dum lado, outra hora é do INSS. Nós não sabemos onde vão ser atendidos os pescadores. Não tem mais lugar para atender os pescadores. Poderia falar que eu venho aqui como assentado da reforma agrária, a mesma coisa para os sem terra, a mesma coisa para os pequenos agricultores. Esse Governo não tem política para os pequenos. (Palmas.) Estamos juntos nessa peleia. Espero que a representante do Ministério da Agricultura atenda os pescadores. Para fazer o cadastro, é preciso ter Internet e condições, o que os trabalhadores não têm.

13:56

Estamos juntos nessa luta! Meus parabéns por vocês estarem aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Helder Salomão. Passo a palavra agora ao Deputado Bira do Pindaré, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sr. Presidente, todos os painelistas, minha saudação! Mas eu quero cumprimentar principalmente os pescadores e as pescadoras que estão aqui, participando desta audiência e trazendo essa denúncia grave do descaso do Governo Federal com essa categoria tão importante para o Brasil.

Eu sou do Maranhão, o Estado que tem o segundo maior litoral deste País, tem cinco grandes bacias hidrográficas e tem uma base de pescadores e pescadoras expressiva. É uma terra de gente que vive das águas, portanto, de comunidades e de populações tradicionais, e, inclusive, de quilombolas que também vivem da pesca em grande parte do nosso Estado; são indígenas, da mesma forma.

E fiz questão de participar desta audiência, principalmente, para declarar o meu apoio à luta dos pescadores e das pescadoras, que precisam dele mais do que nunca, porque também estão sendo vítimas da perseguição do atual Governo do Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro. A perseguição não tem limite, que é da hora que ele assumiu até a hora em que

ele largar. E, se Deus quiser, vai ser no ano que vem que ele vai largar esse Governo, porque nós vamos tirá-lo de lá no voto, porque o povo brasileiro não aguenta mais tanta perseguição.

Destruíram a Previdência pública, e os programas sociais importantes foram simplesmente desmantelados. Um descaso completo com a pandemia levou à morte mais de 600 mil pessoas. Houve o calote no povo brasileiro com PEC 23 e a destruição do serviço público com a PEC 32. Tudo o que vemos nesse Governo é terra arrasada, e nós não aguentamos mais.

É por isso que nós queremos nos colocar ao lado de cada um e de cada uma que integra essa categoria tão importante para o nosso desenvolvimento, para a sustentabilidade, para defesa do meio ambiente, para a defesa da casa comum, que é este Planeta que todos nós habitamos. Nós precisamos de vocês, do trabalho de vocês reconhecido, organizado, e que sejam respeitados em todos os direitos que vocês têm, em razão da dignidade humana, que deve ser zelada por todos nós.

É em razão disso que eu estou aqui para defender esta causa. Aqui foram trazidas denúncias graves em relação ao descaso no INSS no cadastramento e à perseguição, que trata o pescador e a pescadora como bandidos. Eles não são bandidos, são pessoas de direito e pessoas que merecem respeito e dignidade - e é isso o que nós estamos fazendo.

Por fim, eu quero encaminhar, Sr. Presidente. Aqui já foi colocada a necessidade de reunir com o representante da Agricultura, mas eu acho que nós temos que ter uma reunião também com o representante do Ministério do Trabalho e da Previdência. Eu acho que V.Exa., na condição de Presidente desta Comissão, deve pedir essa reunião, essa audiência. E todos os Parlamentares, com certeza, terão o compromisso de estar lá para discutir essa pauta e para destravar os benefícios dos trabalhadores e das trabalhadoras da pesca em relação à Previdência pública.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Bira do Pindaré. Passo a palavra agora o Deputado Camilo Capiberibe, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Quero cumprimentar o Presidente Carlos Veras e todos que participam, expondo nesta audiência pública, em nome do Florivaldo Mota Rocha, um amigo do nosso querido Estado do Amapá, do Arquipélago do Bailique, que fica na Foz do Rio Amazonas, a 200 km

14:00

Falo isso para explicitar as dificuldades que o pescador que mora nessa região enfrenta. E não vou nem falar do pescador de Sucuriju, que ainda vai ter que rodar muito mais para poder chegar a qualquer centro que tenha Internet ou que tenha uma agência do INSS. Essa política de cadastramento não tem como objetivo combater fraude. Ela até poderia ter, e seria muito bem-vinda se fosse essa a razão de existir desse cadastramento. Isso é para barrar o trabalhador, o pescador e a pescadora artesanal de terem acesso a um direito que foi conquistado com muita luta, que é o seguro defeso. Essa burocracia é metodologia para impedir o brasileiro de ter acesso ao seguro. São os pescadores, mas são 2 milhões e meio de pessoas que precisam dos seus benefícios e que estão sendo barradas hoje por causa da política deste Governo, que em 2019 já fez uma reforma da Previdência, do regime geral, dificultando o acesso à Previdência, tirando o direito à Previdência, reduzindo

os benefícios recebidos. Isso é uma metodologia, uma definição de governo que não respeita o trabalhador de um modo geral, que não conhece o Brasil, não conhece a pesca e que não tem intenção de melhorar a vida do pescador.

Quero falar de todo o meu apoio à luta dos pescadores e das pescadoras brasileiras, do Oiapoque ao Chuí, de nosso repúdio a este Governo, um Governo genocida, que puniu o povo brasileiro durante a pandemia e que agora pune os trabalhadores, não apenas com o recadastramento, mas impondo uma prova de vida a ser realizada a cada três meses. Como é que você pode impor uma condicionante que vai impedir o pescador? É muita falta de conhecimento, até porque, se dentro do Amapá a realidade do pescador do Baillique é completamente diferente de um que pesca dentro de um rio dentro do continente, imaginem dentro do Brasil! Como é que você vai impor isso? Não estamos falando de uma capital, de um centro urbano, onde as coisas estão ali acessíveis e fáceis; estamos falando do Brasil real. Então, toda a nossa solidariedade, todo o nosso apoio aos pescadores. Vamos continuar lutando para derrubar esse método de exclusão do trabalhador e da trabalhadora que põem comida na mesa do brasileiro.

Estamos falando do direito à alimentação e à nutrição. Solidariedade aos pescadores! Contem com o nosso apoio sempre, Filico e os pescadores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Camilo Capiberibe. Passo a palavra agora ao Deputado Helder Salomão, por 3 minutos.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Veras, e demais Parlamentares aqui presentes, quero saudar em especial todos os pescadores e pescadoras aqui presentes na pessoa do Nego da Pesca e da Kelly, lá do meu Estado do Espírito Santo, representando os pescadores do nosso Estado, mas também representando todos os pescadores do nosso País.

Vocês viram que recentemente o Governo lançou um programa eleitoral que tem hora para começar, data para começar e data para terminar, que é o Auxílio Brasil. Começará agora em novembro e terminará em dezembro do ano que vem. Cria-se este programa e acaba-se com o maior programa de transferência de renda do mundo, que é o Bolsa Família, um programa estruturado que já foi reconhecido mundialmente como um dos melhores programas de transferência de renda.

14:04

Por que eu estou falando sobre isso? Porque da mesma maneira que o Governo quer fazer o recadastramento – e sabemos que o objetivo do recadastramento não é para beneficiar o pescador e a pescadora –, da mesma maneira que querem fazer um recadastramento para retirar direitos, o Governo fez esse novo programa, chamado Auxílio Brasil, que é um programa que vai atender 14 milhões de brasileiros.

Vocês sabem, senhoras e senhores, quantos milhões de brasileiros recebiam o auxílio emergencial em outubro, até o mês passado. Trinta e nove milhões. Aí, lança um auxílio, e esse auxílio eleitoral, que vale por um ano, só vai atender 14 milhões, ou seja, a partir do mês de novembro de 2021, 25 milhões de brasileiros estão sem auxílio emergencial no nosso País. São pessoas que vão passar fome literalmente.

Então, esse é um Governo da desconstrução. É um governo do desmonte e da destruição, como muito bem já foi dito aqui. É preciso que mantenhamos a nossa organização, a nossa luta.

Então, parabéns aos pescadoras e às pescadores! Estamos juntos nessa luta.

Inclusive, quero dizer a vocês que eu, Padre João, o Deputado Rogério Correia e outros Parlamentares solicitamos a criação de uma Comissão Externa para acompanhar o acordo em relação à situação do crime ambiental de Mariana. Nós sabemos que muitos foram atingidos especialmente, Nego e Kelly, os pescadoras e pescadores de Minas e do Espírito Santo.

Então, contem conosco nessa luta, estamos juntos! E fora, Bolsonaro!  
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Deputado Helder Salomão. Passo a palavra agora, pelo tempo 3 minutos, ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Quero lhe cumprimentá-lo, Carlos Veras, que coordena esta audiência pública, cumprimentar os expositores, o Mota, a Ormesita.

Que alegria ver o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União com essa clareza da dignidade e dos direitos dos povos tradicionais, das minorias e, no caso específico aqui, dos pescadores artesanais e pescadores!

Não tem jeito, é a mobilização e é a luta que vão garantir os direitos. E, ver vocês se mobilizando aqui, neste momento, nos dá uma esperança enorme!

Eu acho que existem dois aspectos que eu gostaria de colocar. O primeiro é a denúncia, é a crítica, é trazer a realidade, trazer os problemas, trazer a angústia, trazer o sofrimento. Eu acho que isso é a força da denúncia de vocês. A força da fala e da indignação de vocês que dá a dimensão do quanto nós temos que nos organizar e ampliar essa luta, porque a luta é grande.

O segundo é a luta específica dos pescadoras e pescadores e tem a luta geral. Na luta específica, o que eu escutei hoje aqui e tenho escutado é sobre a questão da recadastramento. É um problema concreto. Então, é preciso sair dessa mobilização de Brasília, tendo clareza do que vai ser feito. Clareza, é este o caminho. Quanto tempo vai demorar? Vão ser garantidos os direitos nesse período? Existem condições não só tecnológicas, mas de decisão política? Para que recadastrar? É para excluir ou para incluir direitos? É incluir esses povos? E produzir uma política pública decente, digna?

14:08

O segundo é em relação ao INSS, à Previdência, que é um problema que acompanhamos todos os dias, Florivaldo, em todas as Comissões. Eu acompanho as colônias de pescadores em Santa Catarina, ajudei a criar colônia de pescador lá, fiz leis sobre o Complexo Lagunar, acompanho há muitos anos as lideranças. E quero dizer o quê? Se eles não vêm até aqui, há condições de junto conosco Deputados irmos até o INSS. Se eles não vão, nós vamos lá. (Palmas.)

Eles não vieram aqui para a audiência pública? Vamos lá. Vamos ocupar. Vamos lá, abrimos a porta. Isso é do Estado brasileiro. Eles têm que nos atender. Vocês não podem ir embora sem uma orientação de como vai funcionar essa parte da Previdência do INSS, que caminho vão tomar.

Então, Deputado Carlos, eu queria passar para V.Exa. essa responsabilidade, como Presidente, que está coordenando de forma extraordinária, mas eu estou junto nessa para marcar audiência. Se eles não querem marcar, nós vamos igualmente. Vamos lá, abrimos a porta. Eles têm que atender. Eles têm que atender.

E termino dizendo que me somo com todos os meus colegas Deputados à luta dos pescadores e pescadoras artesanais. Parabéns por toda a mobilização de vocês! Mas não

tem jeito, é um pé ali na luta dos pescadores, é um pé pelo SUS, é um pé pela educação, é um pé pela aposentadoria, é um pé pelo direito ao trabalho, ao emprego.

E, portanto, efetivamente tem que participar da construção e da reconstrução deste País, porque esse momento da história não é só com vocês. Se fossem só vocês que estivessem sofrendo, nós já íamos resolver logo esse problema. O problema é que há milhões de brasileiros que junto com vocês se somam nessa esperança do Paulo Freire de que nós vamos construir um novo País junto com a participação de todos vocês.

Um abraço fraterno e solidário para todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai. Quero registrar as contribuições, através do portal e-Democracia, e agradecer também à plenária virtual, aos pescadores e pescadoras que estão aqui na marcha em Brasília, que estão acompanhando, através de uma plenária virtual, a transmissão desta Comissão. E mando um abraço a todos e a todas que estão representados pelos pescadores e pescadoras que estão aqui.

Passo a palavra pelo tempo de 3 minutos ao Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Presidente, eu sou do Tocantins, conheço a luta do pescador, tenho um lado político que não necessariamente é o da maioria aqui, mas defendo em gênero, número e grau a luta deles e vou dizer por que, Sr. Presidente.

Primeiro, é um trabalhador que com o suor do seu rosto, correndo muito perigo de vida, como ribeirinhos que são, como pessoas que se movimentam em área perigosas, ganha o pão de cada dia. E eu tenho percebido em vários debates que fiz, como Deputado Estadual, que eles não têm o devido valor, aliás, falta apoio e sobra fiscalização. Esse é um problema muito sério do Brasil, porque eles produzem, eles geram divisas, eles correm risco de vida, mas não têm a devida valorização.

E eu estava observando aqui o seguro-defeso.

Aparentemente, é um seguro interessante, mas que, na prática, o excesso de burocracia dificulta o acesso a este benefício no período em que os pescadores não podem pescar. É outro problema muito sério. É claro que nós não podemos aqui generalizar esse assunto, esse assunto não é de hoje, esse assunto é de décadas, que já vem rolando e rolando. Eu não vou aqui nominar Governo — o Governo anterior, o Governo atual — eu vou dizer o seguinte: há uma luta travada dos pescadores que tem que ser resolvida. E neste tempo nós somos Deputados Federais e é neste tempo que nós podemos encontrar caminhos para eles.

14:12

Eu não pude acompanhar quem é o autor deste requerimento, mas o Deputado Federal Eli Borges se coloca à disposição desta Comissão, como um Deputado independente, de postura independente, para lutar com os senhores nesta causa, que é a causa dos pescadores e — pelo que vi — de aproximadamente 1 milhão de brasileiros que dependem da pesca para sobreviver.

Vim aqui para deixar esse recado e me colocar à disposição, Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Deputado Eli Borges. Esse requerimento é de autoria deste Presidente...

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO) - Muito bem! Parabenizo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - ... que sabe que conta com o seu respeito e conta com a sua colaboração. V.Exa. tem trabalhado nesta Comissão sempre para nos ajudar a avançar no diálogo. Como disse desde o início da Presidência desta Comissão, aqui construímos pontes, não erguemos muros. E a contribuição e a participação de V.Exa. junto inclusive aos setores do Governo para facilitar o acesso e soluções desses problema são essenciais.

Eu agradeço a presença de V.Exa. sempre presente nesta Comissão.

Passo a palavra agora ao Deputado Valmir Assunção, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Sr. Presidente, quero aqui, primeiro, parabenizar pela audiência pública e pela condução de V.Exa. à frente da Presidência desta Comissão. Parabenizo V.Exa., porque, como Presidente, tem dialogado com todos os segmentos em defesa dos direitos humanos do nosso povo e da nossa gente.

Quero saudar aqui os pescadores e pescadoras presentes e me colocar à disposição e, ao mesmo tempo, ser solidário a essa luta, até porque, Sr. Presidente, eu tenho que resgatar aqui o processo histórico. O Presidente Lula criou o Ministério da Pesca. José Fritz foi o primeiro Ministro da Pesca, juntamente com Gregolin, que deu continuidade a esse trabalho, e Luiz Sérgio, que também foi Ministro, em um trabalho de fortalecimento dessa atividade econômica importante para o Brasil, mas ao mesmo tempo de um reconhecimento daqueles que mais precisam do poder do Estado brasileiro.

E é justamente nesse contexto em que nós estamos hoje, onde há um Presidente negacionista, corrupto, caloteiro, esse Presidente que tem a vontade cada vez mais de tirar o direito do nosso povo, que me deixa triste, no dia de hoje, onde nós estamos aqui realizando esta audiência pública, onde estamos debatendo temas importantes, como essa questão do INSS e a questão do cadastramento, justamente tentando encontrar caminhos para fortalecer o nosso povo, a nossa gente, a Câmara dos Deputados prestar uma homenagem ao Presidente Bolsonaro, dando uma medalha de honra ao mérito. Qual é o mérito que esse Presidente negacionista tem com este povo brasileiro? Nenhum. (Palmas.)

14:16

Este Presidente que destruiu o emprego, este Presidente que destrói o direito do nosso povo, este Presidente que destrói a imagem do nosso País, este Presidente que leva a inflação, a carestia, a fome e a miséria a destruir todo o tecido social que nós temos, este Presidente não merece honra nenhuma.

Por isso, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que eu sei que nós vamos ganhar a eleição presidencial com Lula Presidente. Isso eu sei. (Palmas.)

Mas nós não podemos esperar até 2023 para resolver os problemas do INSS com o recadastramento. Nós temos que continuar lutando, debatendo, batendo nas portas, ocupando os órgãos públicos, se for necessário, para resolver o nosso problema agora.

Por isso, parabéns para todos vocês. Contem com o nosso mandato. Estamos juntos nessa caminhada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputado Valmir Assunção.

Agora vou ler a proposta de encaminhamento. Depois vou ouvir, por 1 minuto, os convidados, para saber se concordam com os encaminhamentos, se há mais alguma coisa a encaminhar ou se há consideração final a fazer.

Vamos ouvir, daqui a pouco, a Deputada Natália Bonavides, do nosso querido Rio Grande do Norte.

Primeiro encaminhamento. Vamos solicitar uma audiência pública com a Ministra da Agricultura, com o Ministro do Trabalho e com o Presidente do INSS para falar dos resultados desta audiência. Vamos solicitar ao INSS a constituição de uma força-tarefa para analisar os processos previdenciários represados e a revisão dos casos indeferidos. Quero fazer um recorte para dizer que, 2 meses atrás, eu tive uma audiência com o Presidente do INSS. Participaram desta audiência o Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Deputado Estadual Doriel Barros, e o Presidente da CONTAG, Aristides Santos, porque há um índice alto de processos represados no INSS não só dos pescadores e pescadoras, mas da agricultura familiar também, inclusive de auxílio-doença. Marca-se uma perícia presencial para a concessão de auxílio-doença depois de 3 meses. Há benefício de auxílio-doença passando 6 meses, 7 meses, 8 meses para ser concedido. Com esse tempo, ou a pessoa está curada da doença ou está morta.

Então, nós precisamos agilizar esse processo. Na ocasião, propusemos a eles que se fizesse esse grupo de trabalho, essa força-tarefa. A nossa equipe da Comissão já está em contato com o Presidente do INSS para agilizarmos essa agenda.

Vamos solicitar agora à representante do MAPA que está aqui conosco nesta audiência — e já solicitamos também por ofício — a revisão das regras do recadastramento, que hoje são muito restritivas e de difícil acesso, para quem não tem acesso a celular e Internet e a ampliação do prazo.

Algumas pessoas podem até perguntar: "Mas será que realmente existe alguém que não tem um celular e não tem acesso à Internet?" Eu quero dizer a V.Exas. que sim. Muitas vezes, a pessoa tem um celular com aquele pacote de dados em que ela tem acesso só pelo WhatsApp, mas não consegue mandar uma foto e um áudio, porque há momentos em que ele só fica girando e não chega nunca.

Imaginem ter que entrar em um site para fazer um cadastro.

14:20

Então, nós solicitamos à representante do MAPA — também estamos fazendo isso por ofício — que dialogue com os movimentos sociais de pescadores, com o MPF e com a DPU para a revisão das regras do cadastramento. É importante que as decisões não saiam da cabeça de um ou de outro — nem da cabeça dos técnicos e agentes do MAPA, nem da nossa. Na vida, as coisas se constroem com conversa. Nós temos que unir a parte técnica e a sabedoria do dia a dia de quem está na ponta, de quem faz a coisa acontecer. É importante que essa revisão seja feita a partir do diálogo entre as duas partes. Quando algo se constrói no coletivo, a chance de dar errado é bem menor do que quando se constrói só. Vamos solicitar também à Presidência da Câmara dos Deputados, ao Presidente Arthur Lira, a constituição da Comissão Especial para deliberação sobre o PL 131/2020, que dispõe sobre o reconhecimento, a proteção e a garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação. Vamos solicitar ao Presidente Arthur Lira que seja instalada a Comissão para tratarmos do PL 131/2020.

Passo a palavra, então, ao Sr. Florivaldo Mota, para qualquer encaminhamento e também para as suas considerações finais. Vamos trabalhar com o tempo de 1 a 2 minutos.

O SR. FLORIVALDO MOTA - O.k. Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de incluir outro ponto que esqueci. Nós também gostaríamos que fossem revisadas as portarias que cancelaram o registro de pescadores. No ano de 2019, sete portarias cancelaram mais de 1.105 pescadores. Em 2020, foram 12 portarias. E, em 2021, já são 15 portarias cancelando o registro de pescadores em todo o Brasil. Nós gostaríamos que fosse incluída a revisão dessas portarias em nossas demandas.

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais está muito grato pelo apoio dos Deputados. Nós precisamos realmente contar com vocês e com esta Comissão, para juntos debatermos as nossas pautas. Peço que esta Casa discuta e construa políticas públicas para esse setor. Nós precisamos andar juntos. Nós contamos com vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Florivaldo Mota, por sua participação.

Agora passo a palavra a Ormezita Barbosa, para as suas considerações finais.

A SRA. ORMEZITA BARBOSA - Queríamos agradecer esta importante audiência.

Estamos de acordo com os encaminhamentos.

14:24

Aproveitamos esta oportunidade para reforçar a importância desta Casa. Além do PL do território pesqueiro, que ela se comprometa também com o não avanço de projetos de lei como o PL 2.633, que flexibiliza e avança o processo de grilagem de terra.

A comunidade tradicional de Canabrava, que está aqui presente hoje e que foi expulsa do seu território, está aguardando um termo de autorização de uso sustentável para que possa voltar a usar o seu território.

Então, pedimos o comprometimento desta Casa no apoio aos projetos de lei que favorecem a permanência das comunidades nos seus territórios.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Ormezita, pela sua participação.

Convida agora o Sr. Wilson Rocha para fazer as suas considerações finais.

O SR. WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS - Há no Ministério Público Federal pelo menos três Câmaras de Coordenação e Revisão que têm relação com essa matéria que está sendo discutida aqui: a 6ª Câmara, que cuida de povos indígenas e comunidades tradicionais; a 1ª Câmara, que cuida da regularidade de atos administrativos; e a PFDC, que cuida da garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos em geral.

Eu sugiro como um encaminhamento também, Presidente, que essas instâncias do MPF sejam oficiadas e chamadas a participar dessa discussão.

Eu sou um daqueles cidadãos brasileiros que acreditam que o MPF tem falhado em alguns momentos na defesa da democracia, mas eu peço que a sociedade civil e o Parlamento não desistam do MPF e do MP brasileiros, e que continuem lutando por um MP democrático e popular, assim como manda a nossa Constituição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Wilson Rocha, pela sua participação.

Passo a palavra agora ao Dr. Alexandre Cabral, para fazer as suas considerações finais.

O SR. ALEXANDRE CABRAL - Agradeço, excelência, o convite feito à DPU.

Quero, concordando com os encaminhamentos feitos por esta Comissão, ressaltar que seguimos à disposição e pedimos sempre que haja novamente essa lembrança, trazendo a Defensoria Pública da União para o trabalho no dia a dia.

Estamos acompanhando também o que o Florivaldo destacou, as portarias que dispõem sobre o cadastramento, e estamos questionando também o MAPA na esfera administrativa, ainda neste momento, sobre essa situação — estou dando um retorno às pescadoras e aos pescadores também.

Seguimos à disposição não só aqui em Brasília, como também a Defensoria se faz presente em todos os Estados da Federação e estará sempre ao lado das pescadoras e dos pescadores naquilo em que puder colaborar.

O meu agradecimento e a minha empatia e solidariedade a todos do movimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Muito obrigado, Alexandre Cabral, pela sua participação.

Passo a palavra agora, para fazer as suas considerações finais, à Dra. Natali.

A SRA. NATALI PICCOLO - Obrigada, Deputado Carlos Veras. Queria agradecer mais uma vez a participação de todos e o convite feito à Secretaria de Aquicultura e Pesca. Acho que é bem importante este debate e a ampliação dos órgãos e das entidades que participam do diálogo. Nós estamos totalmente disponíveis, especialmente para esclarecer os procedimentos e as dúvidas.

O Ministério da Agricultura tem um canal amplo de divulgação das informações por meio do site do MAPA. Então, recomendo a todos que o acessem, incluindo os vídeos de treinamento. E vai ser importante a continuidade desta conversa, especialmente para esclarecer, a exemplo, que nós não estamos solicitando uma prova de vida. A manutenção não significa isso. Então, o aprimoramento desse diálogo vai ser bem importante para todos.

Eu me coloco à disposição mais uma vez. A Secretaria está totalmente disponível para compartilhar as informações e também para esclarecer as dúvidas. Agradeço a oportunidade novamente.

Muito obrigada e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Dra. Natali. Peço que possa nos ajudar a consolidar e a marcar as audiências, as reuniões e os diálogos que se fazem necessários.

14:28

Agradeço a presença e as valiosas contribuições dos expositores, das expositoras, dos representantes dos pescadores artesanais presentes nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Ah! Perdoe-me! Concedo a palavra à Deputada Natália Bonavides, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Obrigada, Deputado, pela oportunidade e pelo tempo de fala.

Queria desejar uma boa-tarde a todos os presentes e dizer que vocês não sabem como é bom voltar a ver o povo aqui dentro; voltar a ver vocês que vêm aqui para reivindicar direitos. Eu sei como é duro chegar até aqui; eu sei como é difícil; eu sei como é custoso, mas eu queria dizer que vale a pena, que é muito importante, porque aqui nesta Casa predomina quem tem grandes poderes econômicos, e quando o povo não está aqui isso fica pior ainda.

Então, queria agradecer a presença de cada um, de cada uma que veio do País inteiro para reforçar essa pauta, e dizer que isso é fundamental.

Quero deixar, Deputado Carlos, um abraço muito especial para os companheiros e companheiras do meu Estado do Rio Grande do Norte. (Palmas.)

Para quem não me conhece, eu sou Natália Bonavides, Deputada Federal pelo PT do Rio Grande do Norte. E eu queria aqui, muito rapidamente, manifestar o meu apoio à pauta da pesca artesanal. Nós sabemos da importância que isso tem na vida de milhares de famílias brasileiras, na garantia da sobrevivência, do sustento, e na garantia da própria soberania alimentar da nossa população.

É fundamental, como foi debatido aqui — inclusive saúdo e agradeço pelos encaminhamentos das audiências que o Deputado Carlos acaba de expor aqui, já frutos da audiência —, que o poder público garanta essas condições para o desenvolvimento da atividade da pesca, a começar pela proteção dos territórios pesqueiros.

E somando a isso, Deputado Carlos, quero dizer que, junto desses encaminhamentos que já foram postos, nós já oficiamos à Presidência da Câmara, à Mesa Diretora, para que seja pautado o Projeto de Lei nº 131, que reconhece e garante o direito ao território das comunidades pesqueiras.

Se já tivéssemos esses territórios reconhecidos lá no Rio Grande do Norte, não estaria acontecendo a especulação imobiliária que está avançando contra as comunidades históricas, que estão ali desde sempre e que agora se veem ameaçadas pelo poder econômico. Temos inclusive acompanhado o caso, por exemplo, de Enxu Queimado, que tem resistido ao avanço dessas grandes empresas do setor imobiliário. Também temos buscado fortalecer a pauta através da destinação de emendas, na parceria com o Governo Estadual.

Enfim, o que eu queria dizer é que vocês sabem que podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores nessa luta. Aqui estamos três Parlamentares que têm dado prioridade à pauta. Eu sei que este é um momento duro. Infelizmente, estamos sob um Governo Federal que não respeita trabalhador, que não respeita o povo porque, se houvesse uma mega empresa com problema de cadastro, com dificuldade de acessar um direito, uma política, por causa de o sistema ser inacessível, isso já estaria resolvido há muito tempo. (Palmas.)

Então, deixamos aqui nossa solidariedade.

Quero finalizar dizendo: vocês garantem comida na mesa do povo brasileiro, fortalecem nossa soberania alimentar e precisam ser valorizados. Contem conosco nessa luta também! Obrigada pela oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. PT - PE) - Obrigado, Deputada Natália Bonavides. (Manifestação na plateia.)  
Obrigado a todos e a todas.

Quero cumprimentar também, de forma especial, os nossos pescadores artesanais do meu Estado de Pernambuco e de todo o Nordeste, que têm sofrido muito ainda com um dos maiores crimes ambientais que foi o do derramamento do óleo que atingiu as praias do nosso Nordeste; e nós continuamos na luta.

14:32

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública, antes convocando audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a participação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, para prestar esclarecimentos sobre as mortes de crianças da etnia Yanomami ocorridas na comunidade Macuxi Yano, na terra indígena Yanomami, que ocorrerá logo mais às 15 horas neste Plenário 13.

Agradeço a presença de todos. Vamos precisar desocupar agora o plenário, a fim de prepará-lo para a próxima audiência pública com o Ministro da Justiça.

Muito obrigado.

Boa luta e um bom retorno aos seus Estados.